

**ILUSTRÍSSIMO SR.(A) PREGOEIRO(A) E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO.
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ (PA).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ PROTOCOLO	
PROCESSO:	
PROTOCOLO Nº	402
DATA:	03 / 05 / 16
HORA:	12:05
adta	
PROTOCOLISTA	

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 007/2016
MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO PARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL

DM SILVA REFRIGERACAO ME, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ/MF nº 09.259.662/0001-55 e estadual (PA) nº 15.267.997-9, com sede na Rod. BR 316 km 38 s/n, Bairro Jardim das Acácias, município de Santa Isabel do Pará(PA), CEP: 68.790-000, contato: (91)98886-0172, e-mail: lisboacontabil2@hotmail.com, patrocinado por seu(s) advogado(s), com instrumento procuratório em anexo, com endereço no rodapé desta, onde recebe ofícios, intimações e notificações. Vem respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

com base na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº. 8.666/1993, contra a decisão dessa digna Comissão Permanente de Licitação - CPL que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

01. PRELIMINARMENTE

DO EFEITO SUSPENSIVO

Nos termos do artigo 109, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a recorrente requer a esta Autoridade Administrativa seja conferido ao presente recurso o EFEITO SUSPENSIVO uma vez que o acolhimento do presente recurso acarretará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento e poderá ocasionar vício insanável para o presente processo licitatório.

Todavia, quando da realização da fase seguinte denominada **Da Habilitação**, a pregoeira Sra. Simone de Souza Damasceno (Pregoeira – competência delegada na portaria administrativa nº 001, de 04/01/2016), que faz parte da Comissão Permanente de Licitação – CPL, julgou a recorrente inabilitada sob a alegação de que **“foi detectada que não constava a documentação de qualificação econômica financeira previsto nas alíneas “a” e “b” do sub-item 9.3.3 da Clausula nona do edital tornando assim a empresa inabilitada por decisão da Pregoeira”** decretando, via de consequência, a eliminação sumária da recorrente, castrando qualquer possibilidade do mesmo de argumentação ou defesa, alijando direito líquido e certo assegurado na legislação hodierna e ainda excluída do julgamento do 2º e 3º lote, inexplicavelmente.

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

04. DAS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão Permanente de Licitação, na pessoa da Pregoeira ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

De acordo com o subitem nº. 9.3.3. “a” e “b”, DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA do Edital, dispositivo tido como violado, a Licitante/recorrente deveria juntar o seguinte documento para habilitação:

A Recorrente, encontra-se em dia com todos os impostos e recolhimentos de tributos, inclusive participando de outras licitações sem ocorrer tal inabilitação.

Portanto, em razão de não haver descrição expressa no referido item Edital, determinando a apresentação do Balanço Patrimonial registrado na JUCEPA e assinatura de contador, a Recorrente não pode ser inabilitada pela ausência dos aludidos documentos, devendo ser alterada a decisão de inabilitação proferida pela Comissão Permanente de Licitação.

Assim sendo, uma vez que a Recorrente provou a regularidade em participar da dita licitação, juntando todos os documentos expressamente solicitados no edital – Pregão Presencial RP nº 007/2016 é ilegal exigir -- como exigiu a Comissão Permanente de Licitação, considerando que tal documento e assinatura não se encontra discriminados como exigência conforme podemos observar do edital.

05. DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS

✓ DA INABILITAÇÃO:

Segundo se infere dos documentos constantes do presente processo licitatório, a decisão da Pregoeira.

Após ter sido concedida oportunidade a todos os participantes de contra argumentarem estas insurgências, a Comissão Permanente de Licitação decidiu em reconhecer a falta de documentação da empresa DM SILVA REFRIGERAÇÃO, posto que não infringiu assim, os requisitos constantes no item 9.3.3. "a" e "B" do Edital.

06. DA ILEGALIDADE DOS ATOS PRATICADOS

Após ter a Comissão Permanente de Licitação ter julgado a recorrente inabilitada, esta por reputar ilegal dita decisão, apresente o presente recurso administrativo para modificação da decisão.

A fase "IX – DA HABILITAÇÃO", como sabido, constitui-se uma etapa do processo licitatório onde aquele que pretende contratar com a Administração Pública busca demonstrar estar qualificado para tanto.

Por isso é que DM SILVA REFRIGERAÇÃO, já em tempos idos, tinha assinalado que a função da fase de habilitação é verificar a idoneidade dos que, tendo conhecido o Edital, elaboraram uma proposta, pretendendo contratar com o Poder Público a realização do objeto licitatório.

Os parâmetros de aferição dessa idoneidade hão que vir delineados no Edital.

As exigências que deverão constar nas normas editalícias vêm delimitadas na Lei Nacional das Licitações, nº. 8.666/1993, mais especificamente nos artigos 27 à 31.

Portanto, não goza o administrador público de plena liberdade para definir a documentação que melhor lhe aprouver para a comprovação de qualificação dos interessados em participar da licitação.

Tanto isso é verdade, que o legislador utilizou o advérbio exclusivamente, quando no art. 27, da Lei nº 8666/93 fez referência à documentação a ser exigida do licitante para a sua habilitação nas licitações, o que exprime a inarredável ilação de que nada pode ser exigido além do que preceitua a aludida Lei, já que esta fixa os limites máximos das exigências a serem adotadas.

Na esteira dessa afirmação, HELY LOPES MEIRELLES, leciona:

A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 10ª ed., p. 127).

Por conseguinte, é deveras óbvio que **todo documento que for exigido do licitante que não se enquadre no rol dos enunciados na Lei de Licitações, traduzir-se-á em exigência manifestamente ilegal.**

E, a ilegalidade da exigência ocasionará a nulidade do Edital, caso a Administração não corrija o erro antes que o certame licitacional siga o seu curso.

Outro aspecto da fase de habilitação que merece ser lembrado, é aquele que diz respeito à linha procedimental de análise da documentação apresentada pelos licitantes.

Como também se sabe, o julgamento da habilitação - as propostas idem - estão sob o encargo das denominadas Comissões de Licitação (permanentes ou especiais), cujos integrantes serão os responsáveis pelo exame dos documentos e pelo juízo de admissão ou não dos licitantes no pleito licitatório.

O trabalho a cargo da Comissão de Licitação, ao contrário do que muitos possam imaginar, não se resume a uma simples verificação da regularidade formal da documentação. Ele é bem mais amplo e complexo.

Em verdade, o **procedimento da fase de habilitação não significa que os membros do colegiado devam adotar uma postura formalista,**

interpretando os itens do Edital de forma literal e isolada, ao ponto de conduzir à prática de atos de apreciação guiados por injustificado rigorismo burocrático.

CARLOS PINTO COELHO MOTA, já teve a oportunidade de registrar que a fase de habilitação é quase sempre uma fase tensa, na qual deve a comissão revestir-se de prudência e evitar a consagração do formalismo exacerbado e inútil. (Licitação e Contrato Administrativo. Lê, 1990, p. 64).

A recomendação de que a Comissão de Licitação não deve imprimir procedimento meramente formalista e burocrático, máxime na fase de habilitação, quando da execução das tarefas sob a sua compita, de há muito vem sendo alardeada pela Doutrina e corroborada pela Jurisprudência, conforme HELY LOPES MEIRELLES, percutientemente, alertou:

O princípio formal (...) não significa que a **Administração seja formalista, a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação**, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta ... (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 1990, p. 22) (o grifo é nosso).

Outrossim, é a concepção de ADILSON DE ABREU DALLARI, sic:

[...] existem claras manifestações doutrinárias e já existe jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da **fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade**. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isto não pode ser colocado como excludente do licitante, deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; interessa, consulta ao interesse público, que haja o maior número de participantes. (Aspectos Jurídicos da Licitação. 3ª ed., Saraiva, p. 88).

Na trilha preconizada pela Doutrina, caminham as decisões proferidas por nossos Pretórios, como se vê nos seguintes arestos:

LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA, FINALIDADE, REQUISITOS. Visa a concorrência pública fazer com que maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com **a boa exegese da lei devem ser arrendados. Não deve haver, nos trabalhos, nenhum rigorismo, e, na primeira fase de habilitação, deve ser de absoluta singeleza o**

procedimento licitatório...(Ag. de Pet. nº 11.333, TJRS, RDP 14/240).

IRREGULARIDADES FORMAIS – meros pecados veniais, que não comprometem o equilíbrio entre os licitantes nem causem prejuízo ao Estado, não conduzem à declaração de nulidade (MS nº 1.133, STJ, DJ de 18.05.92, p.6.957).

Registrados, em síntese apertada, os cometimentos prévios que julgamos relevantes para o deslinde do assunto sob apreciação, cumpre-nos agora abordar diretamente a situação que nos foi submetida.

07. DA ILEGALIDADE DA DECISÃO INABILITATÓRIA

A par de tudo o que se asseverou precedentemente, da análise da decisão proferida e do texto do Edital, parece-nos extreme de dúvida que a inabilitação da recorrente, no Pregão Presencial para Registro de Preço – PPRP nº 007/2016, contrapõe-se à ordem jurídica vigente e constituem inarredável ilegalidade.

A verdade é que, na modalidade licitatória Pregão é de que se cogita, a Comissão de Licitação não atendeu para a finalidade essencial da habilitação, nem para o real significado dos itens do Edital que julgou descumpridos, além de não interpretá-los em consonância com os demais itens e com a Lei aplicável à espécie.

A apreciação da habilitação, principalmente no que concerne à verificação da documentação da recorrente, norteou-se por um rigor burocrático desmedido e injustificável.

Veja-se que, no tangente o Balanço Patrimonial referido no item 9.3.3.a do presente Edital, a recorrente é uma Empresa de Pequeno Porte – EPP, e esta desobriga legalmente de confeccionar o referido documento, haja vista que em **nosso ordenamento jurídico, o Microempresário(ME) e o Empresário de Pequeno Porte (EPP) conforme caso em tela, constitucionalmente já possuem um tratamento jurídico diferenciado pela Lei 9.317/96 (Simples Federal) cujos preceitos devem ser respeitados pelo legislador infraconstitucional e que a partir de julho de 2007 são transferidos para a Lei Complementar 123/2006.**

Assim, o **"empresário individual", por força da Constituição Federal do Brasil de 1988 c/c com o Código Civil/02, no caso expressamente especificado, está legalmente dispensado da escrituração contábil.**

A recorrente apresentou toda a documentação expressamente descrita no edital, não havendo infração quanto a Legislação Brasileira Pertinente, pelo que não se pode reputar – levando em consideração o texto pertinente das atas – que não tenha a mesma atendido às exigências editalícias, uma vez que o dito Edital deve estar em acordo com as normas Ordinárias, dito CF/88 e o CC/02.

Nesse particular, é possível imaginar que a Comissão Permanente de Licitação, embora nem o item 9.3.3."a" e "b" do Edital estejam assim relacionado muito menos conste descrito a necessidade de apresentação de Balanço Patrimonial, que a inabilitação teria sido ilegal e não merece prevalecer.

Mesmo que fosse, esse o possível motivo ensejador da inabilitação, esse acontecimento imaginado não se configuraria como suficientemente válido para determinar o alijamento da recorrente ou de qualquer outro licitante, enquadrado em EPP ou ME, já que em tendo sido apresentada toda documentação descrita no edital, seria uma exigência absurda e faria vir à tona o tão propalado rigorismo inconstitucional e injustificável.

Desses ressaltos, nos é permitido afirmar que: Não há sequer base legal para fazer constar dos Editais de licitação exigência de prova de Balanço Patrimonial referente as empresas enquadradas em EPP e ME, mesmo porque a Lei nº 8.666/1993 não prescreve a possibilidade de inserção de cláusula neste sentido. Porém, o que sobreleva considerar como relevante para identificar a ilegalidade da inabilitação da recorrente, é a circunstância por nós anteriormente avultada, como apoio legal, doutrinário e jurisprudencial, de que a licitante não pode ser julgada desqualificada por meras irregularidades formais ou pecados venais que eventualmente cometa.

No caso *in examinis*, salta aos olhos que o conjunto de toda a documentação acostada pela recorrente ao referido Processo Licitatório -

Pregão Presencial RP nº 007/2016 - que participa - permite concluir que a mesma detém idoneidade e aptidão para executar o objeto licitado, afigura-se como significativo de motivação legítima para a inabilitação de licitante, é desconsiderar os reais fins da fase habilitatória e passar por cima de toda a vasta gama de entendimentos Constitucionais, Legais, Doutrinários e Jurisdicionais que repudiam os rigorismos exacerbados.

Ressalte-se ainda, que **não há qualquer infração ao princípio da igualdade, pois foi visando a sua preservação que a Lei nº 9841/99, com fulcro na previsão constitucional dos artigos 170 e 179 (CF/88)**, assegurou às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317/96, bem como o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

Assim, as **normas do edital devem estar em consonância com a razoabilidade e a legalidade, escoimando exigências desnecessárias e de excessivo rigor, como no caso dos autos** e seguindo o julgado:

MANDADO DE SEGURANÇA - Licitação - Exigência de apresentação de balanço patrimonial para comprovação da qualificação econômico-financeira - Microempresa - Escrituração simplificada por meio de Livro Diário - Inexigibilidade de apresentação do balanço - Sentença concessiva da segurança mantida - Recursos não providos - Permitido à microempresa a escrituração por meio de processo simplificado, com utilização de Livro Diário, **registrado na Junta Comercial, torna-se dispensável a apresentação de balanço patrimonial, aya confecção traria despesas extraordinárias à microempresa, podendo impossibilitar sua participação na licitação.** (Relator(a): Luis Ganzerla, Julgamento: 26/01/2009, Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público Publicação: 26/02/2009).

Ademais, o próprio edital prevê outros mecanismos para a comprovação da capacidade econômico-financeira, como o Índice de Grau de Endividamento e a Certidão Negativa de protesto, pedido de falência e concordata pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Assim, tendo a impetrante atendido às demais exigências relativas à qualificação econômico-financeira referente as normas legais e

edilícias e, impõe-se a conclusão de que possui condições financeiras de cumprir o contrato.

Desta feita, mesmo que não tenha atendido literalmente às exigências do Edital, a impetrante demonstrou possuir a capacidade econômica suficiente para o fiel cumprimento do contrato e é esta, justamente, a finalidade da exigência em questão.

Com isso para encerrar o tópico, Adilson de Abreu Dallari, explica:

[...] Claro que para um participante interessa excluir o outro. Quem faz licitação sabe que, nesse momento, **há uma guerra entre os participantes; mas a Administração Pública não pode deixar-se envolver pelo interesse de um proponente (que é adversário dos outros proponentes e está defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com o interesse público. Este está na amplitude do cotejo, na possibilidade de verificação do maior número de propostas.** (ob. cit., pp. 88/89).

De se ver, portanto, que a **conduta da Pregoeira e da Comissão Permanente de Licitação, ao decidir pela inabilitação da recorrente, afronta aos ditames Constitucionais, Infra legais, Doutrinários e Jurisprudenciais, uma vez que tendo a concorrente inabilitada apresentado todas as certidões descritas no edital, cumpriu às exigências editalícias julgadas inatendidas.**

08. DO DIREITO

Com a devida vênia, a decisão da ilustre Comissão é insustentável, senão vejamos:

[...] A documentação - consoante ensina o saudoso Hely Lopes Meirelles - **é o conjunto de comprovantes da capacidade jurídica, da capacidade técnica e da idoneidade financeira que se exige dos interessados para habilitarem-se na licitação.** (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 8ª ed. p. 119).

Não se pode perder de vista o primado constitucional da igualdade de todos perante a Lei. No caso vertente, fere o princípio da isonomia exigir da Recorrente aludidas certidões, sem fazê-lo aos demais concorrentes, máxime quando o Edital não faz referência expressa a estes documentos.

A Licitação, consabido, constitui-se num procedimento administrativo tendente a selecionar a proposta mais vantajosa para a

Administração Pública na contratação de obras e serviços. Por óbvio, quanto mais participantes houver, mais e melhores serão as possibilidades da Administração firmar contratos que melhor atendam os seus interesses, e de consequência, o interesse público.

Em razão disto, **os administradores públicos não podem se deixar levar por rigorismos inúteis e preciosismos técnicos, pois que apenas retardam e oneram o processo de seleção.**

Com a habitual precisão, Hely Lopes Meirelles ensina que:

A orientação **correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar** [...] É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou [...]. Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo. (ob. cit. p. 121).

Acerca do assunto, o jurista Sidney Bittencourt leciona:

Situação sui generis ocorre no caso de microempresa, principalmente em função do tratamento diferenciado a ela conferido pelo art. 175 da Constituição Federal, vige, para essa, o Estatuto das Microempresas, que afasta a necessidade de possuírem demonstrações contábeis, o que não impede que o edital exija essas demonstrações referentes ao último exercício social, de modo a permitir uma avaliação das condições financeiras para arcar com o compromisso. **De outra forma, entendendo a Administração licitadora que o objeto é simples e facilmente executável, poderá não exigir a demonstração no edital.** (in Licitação passo a passo. 4ª ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Temas & idéias Editora, 2002, p. 158).

Oportuno, a propósito, invocar a decisão abaixo, proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja orientação deveria ser seguida no julgamento do presente recurso, verbis:

Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório. (in RDP 14/240).

Ora, necessário frisar que não tem qualquer sentido lógico exigir documentos que não se encontram descritos em Lei, posto que o Edital, *data vênica*, deve seguir o Ordenamento Jurídico e não o contrário, conforme Código Cível de 2002, que assim explica:

Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil

Da Escrituração

Art. 1.179 - O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 1º. Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

§ 2º. É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Diversos são os procedimentos licitatórios que contaram com a participação da recorrente, inclusive o mesmo ente Municipal, e quando proclamada vencedora, ela cumpre fielmente o contrato administrativo.

A conduta do agente público responsável mostra-se absolutamente irregular, desatendendo aos princípios da licitação, não podendo prevalecer de forma alguma, haja vista que acabou frustrando, senão restringindo a competitividade do certame, o que, de certa forma, é expressamente vedado pela Lei 8.666/93, em seu art. 3º, § 1º, I, vejamos:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”.(Grifos nosso)

Segundo esses dispositivos, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irrelegável na licitação.

O ilustre Celso A. Bandeira de Mello, afirma que:

[...] o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis por razões lógicas e substancialmente (isto é, a face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento.

Indubitavelmente, em razão disso, não **foi mantido o caráter competitivo do certame, acabando por transformar o procedimento em instrumento de privilégio, ferindo, assim, o princípio da impessoalidade.**

A base deste princípio está inserida nos artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666/93, que com clareza incontestável, dispõem que a Administração não pode descumprir as normas do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, seguida, ainda, pelos arts. 43, 44, 46 e 48 do citado diploma legal.

Por outro lado, o inconformismo maior consubstancia-se na r. decisão emanada da Comissão Permanente de Licitação, na qual acabou por julgar inabilitada a recorrente em virtude da ausência de documentos fiscais.

Inobstante não constar na Ata de Reunião qualquer registro relativo às observações e considerações que foram pronunciadas sobre a análise dos documentos apresentados, a recorrente foi informada que sua inabilitação deu-se por não ter apresentado a referida Certidão.

Em face das razões expostas, a recorrente REQUER desta mui digna Comissão Permanente de Licitação – CPL e a Pregoeira - o provimento do presente **Recurso Administrativo** para reconsiderar a r. decisão proferida na Ata de Reunião de 28/04/2016 com base na Constituição Federal de 1988, Leis Infraconstitucionais, Edital, e julgar procedente as razões ora apresentadas, declarando-a Habilitada ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2016 por satisfazer todos requisitos previstos no Edital de Licitação.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com dossiê do processo, remetido ao Presidente da Comissão ou Pregoeiro ou Diretor Regional para análise e decisão final, segundo o art. 109, da Lei 8.666/93.

09. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a essa respeitável Comissão Permanente de Licitação e a Sra. Pregoeira que se digne em **reformular a decisão exarada**, mais precisamente que julgou como inabilitada no presente certame a empresa **DM SILVA REFRIGERAÇÃO**, visto que a Habilitação da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento licitatório de pregão presencial para registro de preço, vez que, conforme fartamente demonstrado, cumpriu totalmente todas as exigências reguladas no referido instrumento convocatório e ainda:

- a) Requer, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte e demais lotes do processo licitatório, já que encontra-se devidamente habilitada, máxime no que diz respeito à abertura de sua proposta técnica e de preço juntamente com a dos outros licitantes participantes.
- b) Assim se decidindo, além de se dar devida proteção ao direito líquido e certo da Recorrente, estar-se-á praticando relevante tributo à moralização das ações Administrativas Públicas, já que há uma ligação necessária entre a legalidade e a moralidade.
- c) Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão Permanente de Licitação e a Pregoeira, reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº. 8.666/93.
- d) Requer seja aplicado efeito suspensivo ao presente recurso.
- e) Requer, sejam intimadas as demais licitantes para, querendo, impugnarem o presente recurso administrativo.
- f) Não sendo acatado a presente medida recursal, requer que sejam extraídas peças de todo o processo licitatório, remetendo-as ao Ilustre Representante da Procuradoria Municipal responsável pela análise das

irregularidades decorrentes das contratações, com o fim de apurar possíveis irregularidades na prática dos atos administrativos na condução do referido certame.

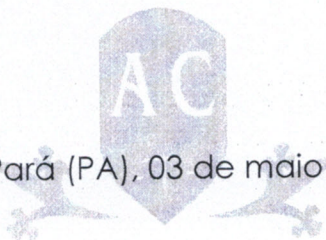
A novidade recente é o decreto Nº 8.538/2015 que permitiu:
Art. 4º. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição, para participação na licitação.

Por fim, a recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detida e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento ao recurso para o fim de declarar a **Recorrente Habilitada no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 007/2016.**

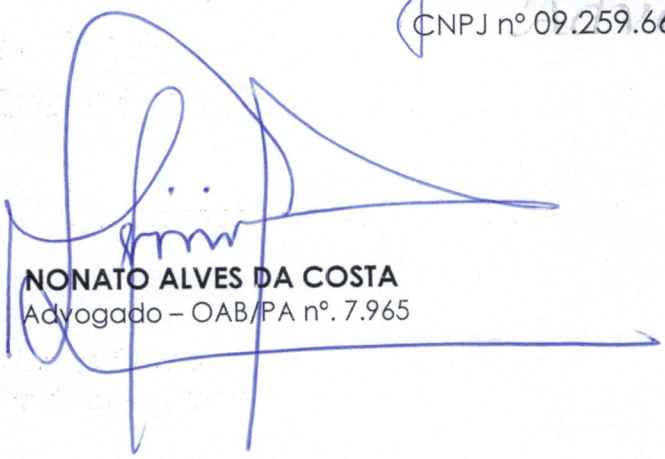
Homenagens a Comissão Permanente de Licitação – CPL e a Pregoeira.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

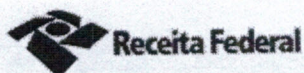
Santa Isabel do Pará (PA), 03 de maio de 2016.


ALVES DA COSTA

Faelly do Rosário Barroso
DM SILVA REFRIGERAÇÃO
CNPJ nº 09.259.662/0001-55


NONATO ALVES DA COSTA
Advogado – OAB/PA nº. 7.965



JOSÉ MARCELO MELO ANDRÉ
Advogado – OAB/PA nº. 21.535



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.259.662/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/11/2007
NOME EMPRESARIAL D M SILVA REFRIGERACAO - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DCR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)			
LOGRADOURO ROD BR 316 KM 38	NÚMERO 3101	COMPLEMENTO	
CEP 68.790-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM DAS ACACIAS	MUNICÍPIO SANTA ISABEL DO PARA	UF PA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (91) 8853-9991	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/11/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **02/05/2016** às **18:32:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

SIMPLES
NACIONAL

© Copyright Receita Federal do Brasil - 02/05/2016

Fale com
o SimpleSimples
ServiçosSimei
Serviços

Início | Voltar

Consulta Optantes

Data da consulta: 03/05/2016

Identificação do Contribuinte

CNPJ : 09.259.662/0001-55

Nome Empresarial : D M SILVA REFRIGERACAO - ME

Situação AtualSituação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2008**Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI****Períodos Anteriores**Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem****Agendamentos (Simples Nacional)**Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem****Eventos Futuros (Simples Nacional)**Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem****Eventos Futuros (SIMEI)**Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

Clique aqui para informações sobre como optar pelo SIMEI.

Voltar

Política de Privacidade e Condições de Uso





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PPRPN° 007/2016

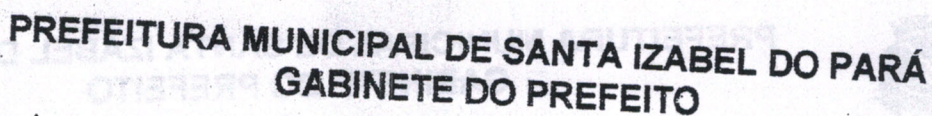
Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30min, na Sala de reuniões, situada no prédio da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTEPS), sito Rua José Amâncio s/n, Bairro Centro, Santa Isabel do Pará/PA, reuniu-se, a Comissão de Licitação, designada pelo Senhor Prefeito, para o recebimento, análise e julgamento da documentação e propostas destinadas a FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SISTEMAS DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS em suas diversas ações, conforme especificado no edital que deu origem ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 007/2016. Iniciando o processo, com o recebimento dos documentos para o credenciamento dos representantes das empresas presentes, conforme abaixo relacionadas:

ITEM	EMPRESA	CNPJ
01	C DA S OLIVEIRA REFRIGERAÇÃO - ME	21.408.552/0001-03
02	ANADIEL FERNANDES DE LUNA	19.214.936/0001-43
03	CUSTODIO E FERNANDES SER. DE ENGENHARIA LTDA	18.019.114/0001-49
04	DALVINO TRINDADE SILVA NETO	24.628.425/0001-08
05	PATRICK B DE SOUZA	16.750.886/0001-20
06	DM SILVA REFRIGERAÇÃO - ME	09.259.662/0001-55
07	NEW REFRIGERAÇÃO LTDA	20.672.625/0001-07

No decorrer do credenciamento, a Comissão constatou que na documentação da empresa C DA S OLIVEIRA REFRIGERAÇÃO - ME faltava a certidão simplificada da junta comercial, foi concedido à empresa o direito de abrir o envelope de habilitação para retirar cópia da mesma e lacra-lo novamente na presença dos demais licitantes, na documentação da empresa PATRICK B DE SOUZA deixou de apresentar a certidão simplificada da JUCEPA ou declaração de enquadramento validada pela JUCEPA, alegando que isso ocorreu por falha do sistema da JUCEPA que emitiu uma certidão sem a indicação de que é ME, todavia alegou também que essa condição pode ser comprovada pelo seu capital que aparece na certidão simplificada, pedindo que assim seja considerado para efeito de participação no certame, o que não foi permitido.

Durante a análise das propostas de preços a senhora Pregoeira detectou que a proposta da empresa DALVINO TRINDADE SILVA NETO não encontrava-se em conformidade com o edital, estando assim desclassificada, o que foi informado ao seu representante que permaneceu no local somente como expectador. O representante da empresa C DA S OLIVEIRA REFRIGERAÇÃO-ME questionou o recálculo da empresa PATRICK B DE SOUZA que estava sendo feito pela comissão. O representante da empresa PATRICK B DE SOUZA que antes havia dito que sua proposta não atingia os 30%, voltou atrás e disse que seu valor estava errado na planilha de lances e admitiu perante todos licitantes que ficou calado mesmo tendo visto o erro a senhora Pregoeira refez o calculo da proposta da mencionada empresa no Excel para que todos pudessem acompanhar e comprovou que o valor da planilha estava correto. Diante disso a Pregoeira, considerando que o lance da empresa PATRICK B DE SOUZA atingiu 30% do valor de referencia, houve por bem fazer uso do disposto no §3º do Artigo 48 da Lei complementar 123/2006, procedendo a sorteio, vez que quatro empresas locais se encontravam com valores até 10% o que foi de imediato acatado por todos os licitantes presentes, saindo-se vencedora a empresa, DM SILVA REFRIGERAÇÃO - ME. As 13:00hs foi concedido o intervalo para o almoço, ficando acertado a volta para as 14:00hs.

As 14h17min foram reabertos os trabalhos com a argumentação da empresa PATRICK B DE SOUZA de que o procedimento adotado quanto a classificação para o julgamento do lote 01 não tem procedência sentindo-se "prejudicado", mesmo tendo concordado junto com os demais licitantes com a decisão tomada pela comissão e informou que vai recorrer da decisão ao final dos trabalhos, pois alega ter vencido o 1º lote com menor valor. Durante a análise da documentação da empresa DM SILVA REFRIGERAÇÃO - ME foi detectado que não constava a documentação de qualificação econômico financeira previsto nas alíneas "a" e "b" do sub-item 9.3.3. da clausula nona do edital tomando assim a empresa inabilitada por decisão da Pregoeira. Tal situação ocasionou a realização de um novo sorteio para se saber a qual empresa seria adjudicado o objeto do lote 01. Sendo



vencedora a empresa C DA S OLIVEIRA REFRIGERAÇÃO - ME, partindo-se então para a análise da documentação de habilitação da mesma, verificou-se que a certidão negativa de débitos relativos aos tributos Federais encontrava-se vencida. Em atendimento ao subitem 9.2 do edital a certidão regularizada só será exigida no ato da contratação. Partindo-se para fase de negociação direta com a empresa o lote foi adjudicado pelo valor de R\$198.660,21. Durante o julgamento dos lotes 02 e 03.

Durante o julgamento dos lotes 02 e 03 repetiu-se a mesma situação do lote 01, partindo-se assim para um novo sorteio entre as 3 (três) empresas locais, o que foi acordado com os licitantes presentes sendo vencedora do lote 02 a empresa C DA S OLIVEIRA REFRIGERAÇÃO - ME e do lote 03 a empresa NEW REFRIGERAÇÃO LTDA, partindo-se assim para a análise da documentação de habilitação da empresa NEW REFRIGERAÇÃO LTDA, foi constatado que o balanço patrimonial da referida empresa não estava registrado na Junta comercial JUCEPA e o CRC do contador não foi apresentado sendo feito um novo sorteio, tendo como vencedora e adjudicada a empresa C DA S OLIVEIRA REFRIGERAÇÃO - ME.

A pregoeira, ao final dos trabalhos, em obediência a legislação, perguntou se algum dos licitantes tinha a intenção de apresentar motivação para a interposição de recurso administrativo, no que a empresa PATRICK B DE SOUZA, manifestou-se alegando que pretendia apresentar suas razões vazadas nos seguintes termos: "o procedimento adotado para a classificação de fase de lances posterior sorteio desfavoreceu a sua empresa, com base na lei complementar 12/2006, que a micro empresa tem direito a cota reservada quando o pregão ultrapassa 80 mil, que são licitações específicas para ME e EPP. Nesta licitação em questão todas as empresas, tanto ME quanto EPP abriram mão da cota reserva para participar do quantitativo geral da licitação, portanto, perderiam seus direitos de benefícios, o que não ocorreu na licitação pois todas foram favorecidas pela lei, como melhor irá detalhar em seu memorial, a ser apresentado no prazo legal de até 3 dias úteis, a partir do dia 29 de abril até 3 de maio de 2016, devidamente protocolado na Prefeitura". A empresa CUSTÓDIO E FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, também houve por bem apresentar suas razões de recurso: "por não concordar com o critério de desempate, que ficou impedida de participar da fase de lance". A empresa DM SILVA REFRIGERAÇÃO-ME também apresenta suas razões de recurso: "alega que de acordo com o art. 970 e 1.179, do Código Civil; que o pequeno empresário não é obrigação a manutenção do livro diário e nem elaboração do Balanço Patrimonial; considera-se pequeno empresário para efeito da aplicação da lei 123/2006, o empresário individual que na forma da lei auferir receita bruta anual de até 60 mil reais - LC 123, art. 68". A empresa NEW EFRIGERAÇÃO LTDA-EPP também apresenta suas razões de recurso, alegando que não há necessidade registrar balanço patrimonial na JUCEPA, conforme especificará em seu recurso administrativo, por ser empresa de pequeno porte.

Não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião, às 17h30min, que vai assinada por todos os presentes.

SIMONE DE SOUZA DAMASCENO
Pregoeira

SEBASTIÃO DE SOUSA MAIA
Apoio Jurídico

ROZE MARTINS SILVA
Membro

SELMA ELIETE MENDES DA SILVA
Controle Interno

SUELLEM KRISTYNNY LIMA BARRETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



Membro

Representantes:

Waldin da Silva Souza Júnior
C DA S OLIVEIRA REFRIGERAÇÃO - ME

Paulo Henrique B. Góes
ANADIEL FERNANDES DE LUNA

[Signature]
CUSTODIO E FERNANDES SER. DE ENGENHARIA LTDA

[Signature]
PATRICIO B DE SOUZA

[Signature]
DM SILVA REFRIGERAÇÃO - ME

[Signature]
NEW REFRIGERAÇÃO-ME

[Signature]


PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: D M SILVA REFRIGERACAO ME, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ/MF nº. 09.259.662/0001-55 e estadual nº 15.267.997-9, localizada na Rod. BR 316 km 38 nº 3101, Bairro Jardim das Acácias, município de Santa Isabel do Pará – UF: PA, CEP: 68.790-000, contato: (91) 3744-2155, e-mail: lisboacontabil2@hotmail.com.

OUTORGADO: NONATO ALVES DA COSTA, brasileiro, união estável, goiano, advogado - inscrito OAB/PA nº 7.965 e **JOSÉ MARCELO MELO ANDRÉ**, brasileiro, solteiro, paraense, advogado – inscrito OAB/PA nº. 21.535 ambos com escritório profissional à Av. 07 de Janeiro, nº. 1816, sala 01, Prox. Justiça do Trabalho, bairro: Juazeiro, CEP: 68.790-000, Santa Izabel, UF: PA.

Pelo presente Instrumento Particular de MANDATO, constituo e nomeio meu bastante procurador judicial ou extrajudicial, os advogados acima referidos e identificados, ao qual concedo os necessários poderes para o foro em geral, inclusive os da cláusula “AD JUDICIA ET EXTRA”, podendo atuar na Justiça do Trabalho, Justiça Comum Estadual, Justiça Comum Federal, Autarquias, Instituições Estaduais e Federais, Cartórios do 1º e 2º Ofício, Ofício único, podendo ainda o referido procurador propor quaisquer ações que o meu interesse reclamar, interpor recursos, bem como defender-me nas que me forem propostas acompanhando umas e outras, em todas as Instâncias, até final; promover medidas preventivas e assecuratórias de direito, inclusive notificações e justificações; usar ainda dos poderes especiais para receber, dar quitações, transigir, confessar, desistir, discordar, firmar compromissos; finalmente tudo praticar, promover e assinar, para o fiel e cabal desempenho deste mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes.

Santa Isabel do Pará - PA, 05 de abril de 2016.


D M SILVA REFRIGERACAO ME
CNPJ/MF nº. 09.259.662/0001-55
Outorgante

